



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 01

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em
17 de Fevereiro de 2024



Assembleia Municipal

ACTA N.º 1

-----Aos dezassete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de António Gonçalves Cardoso, sendo secretariado pelos Senhores Deputados Érica Geraldês Castanheira e Luis da Silva Moreira Gomes, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Segundo Secretário**, senhor deputado Luis Gomes, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----António Gonçalves Cardoso, Bruno Carlos Soares Ferreira, em substituição de Tyoga Macdonald, Érica Geraldês Castanheira, Luis Miguel Abreu Almeida, em substituição de Sara Pedroso, Luis da Silva Moreira Gomes, Christophe Rodrigues Coimbra, Rodrigo Fernando Gouveia Oliveira, Maria José das Neves Fernandes Silva, Raul Agostinho Simões Martins, Helena Cristina da Gama Dias, Ivone Inês Almeida Sousa Borges, José da Conceição Luis, em substituição de Mário Jorge Henriques, Áurea Alexandra Dória Vila Nova, em substituição de Vítor Almeida, António Augusto Almeida Ligeiro, em substituição de Dora Lemos, José Miguel Nunes Duarte Marques, Margarida Teresa Gonçalves de Abranches Freire de Figueiredo, Ricardo Manuel do Amaral Pereira, José Miguel Morais Costa Nunes e Afonso Henrique Tavares Ferreira, em substituição de Bruno Costa.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, Pedro Alexandre Pinto Alves; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Secretária da Junta de Freguesia de Celavisa, Paulo Jorge Marques Carneiro; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Vítor Manuel Rodrigues Pedroso; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, António José Ventura Dias; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Manuel Marques Tavares; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro; Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho; e Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, Paulo Jorge Marques Amaral.-----



Assembleia Municipal

-----Também participaram o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, bem como a restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Elisabete Oliveira, Filipe Frias, Paulo Teles Marques e Miguel Pinheiro.-----

-----Teve a palavra o Primeiro Secretário, senhora deputada **Érica Castanheira**, para referir que “recebemos, da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, envio de pareceres vários, relativo a competências da AM, assuntos relacionados com os eleitos locais, etc; da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, a questionar da adesão ou não da Assembleia Municipal de Arganil à ANAM (e respectiva resposta da AM de Arganil); da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, convite para a participação nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, através da recolha de espólio; do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, carta de agradecimento pela manifestação de solidariedade e carinho pelo falecimento do Prof. José Dias Coimbra; da CPCJ de Arganil, envio de Relatório Anual – 2023”.-----

-----O Primeiro Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados Bruno Costa, Tyoga Macdonald, Rita Marques, Sara Pedroso, Mário Jorge Henriques, Dora Lemos, Vítor Almeida, João Miguel Gaspar, Ana Maria A. Santos, Miguel Dias e Maria do Céu Paulino.-----

-----Faltaram também os senhores deputados Luis Miguel Fontinha e António João Lopes, não tendo apresentado pedido de justificação da falta.-----

PERIODO DESTINADO AO PÚBLICO

-----Teve a palavra o Senhor Eng^o **Luis Filipe Alves** para dizer que “quero informar os senhores deputados que, dois dias após a reunião de 23 de Setembro de 2023, solicitei por escrito ao Senhor Presidente desta Assembleia, que fosse lida na reunião seguinte o direito de resposta a que eu julgava ter direito. Não tendo sido dado sequência ao meu pedido, tenho todo o gosto, de viva voz, em esclarecer e refutar o que aqui foi declarado, após a minha intervenção.-----

-----Os factos reais que apresentei e reconheço alguns comentários, toldaram o pensamento do Senhor Presidente, que insinuou, descredibilizou e injuriou, o que não é digno do cargo que ocupa.-----

-----Ora, no decurso do processo instaurado ao município, nenhum dos advogados Pedro Pereira Alves ou Luis Quaresma, me enviou os valores das custas judiciais; nada sabendo, não as podia ter pago, o que pedi, e, por conseguinte, não fui admitido no recurso.-----

-----Já na reunião camarária de 1/2/2022, está em acta, reafirmei que o recurso não me tinha sido favorável, pelo que a única indemnização a que sempre me referi, só podia ser a dos segundos autores. O Senhor Luis Paulo Costa manipulou este facto



Assembleia Municipal

e, sem nexa, desenvolveu a sua narrativa alternativa, que vos induziu em erro, de que o município tinha sido absolvido.-----

-----Reafirmo, mais uma vez, que a 3/7/2020, o Acórdão do Recurso condenou o município ao pagamento de uma indemnização aos segundos autores e porque o município é muito mau pagador, mesmo depois de ter sido condenado, a 15/9/2022, os segundos autores, Carlos Afonso e esposa, deduziram o incidente de liquidação, que está em curso e a este o teor da comunicação que em 1/3/2023 o senhor Luis Paulo Costa me enviou numa resposta a uma reclamação.-----

-----Não fossem as manobras dilatórias, já os 3 peritos teriam avaliado a indemnização a pagar, assim como as despesas extra, mas mais tarde ou mais cedo, tudo será do vosso conhecimento.-----

-----Com o processo já transitado em julgado, é inexplicável a falta de transparência do senhor Luis Paulo Costa, que continua a omitir que o município foi condenado a pagar uma indemnização, faltando à verdade, ou melhor, mentindo a todos os deputados municipais presentes.-----

-----Quanto à negação da construção da ETAR da Cerdeira, em 2015, a mentira é do tamanho dos clérigos. Depois de eu detectar a invasão da propriedade, e o início da construção da ETAR da Cerdeira, a 14/9/2015, enviei um email ao município a solicitar uma reunião urgente. Num mês, tive 3 reuniões presenciais com o senhor Luis Paulo Costa, juntamente com alguns dos seus colaboradores; houve ainda mais dois contactos do senhor Luis Paulo Costa, um por email, a enviar o levantamento topográfico integral da propriedade, e outro por telefone, a marcar a escritura do destaque da mesma, para 2/11/2015, quando a ETAR já se encontrava em fase de acabamentos. Parte destas provas documentais foram entregues hoje aos líderes partidários.-----

-----Quero salientar que entre os factos apresentados e já anteriormente revelados, o senhor Luis Paulo Costa optou por divagar apenas em dois, e em ambos, deliberadamente, mentiu. Haja agora coragem para mais um processo judicial por injúrias.-----

-----Para finalizar, numa sociedade onde se está a banalizar a desinformação e a mentira, basta ver os debates da TV, todos nós devemos exigir que ambos os factos descritos sejam escrutinados e que haja consequências políticas. Até sempre.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer “muito obrigado, senhor engenheiro Luis Filipe Alves; em primeiro lugar gostaria de o informar e informar também os senhores deputados de que, na sequência da carta que foi enviada para distribuir aos senhores deputados, entendi que não devia fazer essa distribuição porque se o senhor engenheiro Luis Filipe Alves veio aqui apresentar os seus problemas e foi devidamente elucidado na altura, entendi que, se não se considerava devidamente elucidado, que devia voltar a esta Assembleia, que é o lugar próprio para ser esclarecido. Para esse efeito, enviei-lhe um email que o senhor recebeu, e que omitiu, neste caso. Em segundo lugar, é preciso termos



Assembleia Municipal

elevação e respeito quando nos dirigimos nesta Assembleia. Em primeiro lugar, não é o Senhor Luis Paulo Costa, é o Senhor Presidente Luis Paulo Costa; é assim que deve ser tratado, era assim que devia ter indicado. Em segundo lugar, quanto ao mentir, na última Assembleia, não senti e creio que nenhum de nós sentiu que houve qualquer mentira dita pelo Senhor Presidente da Câmara. Quanto às palavras injuriosas que lhe foram dirigidas, também não as senti e por isso não levantei qualquer problema na altura. Em terceiro lugar, dizer que a Câmara é má pagadora, não me parece que assim seja, pois desde há muitos anos que a Câmara paga a tempo e horas aos seus fornecedores e, neste caso concreto, também entendo que o fez na devida altura ou se não o fez é porque teve razões para tal. Era isto que gostaria que ouvisse e que também incutisse respeito pelas instituições e respeito pelas pessoas.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “não tenho muito a dizer relativamente a este assunto, já fui suficientemente claro em momentos anteriores; a informação do advogado também já foi distribuída em tempo oportuno por todos os elementos da Câmara. Apenas quero clarificar que não há, contrariamente àquilo que aqui foi dito, nenhuma sentença transitada em julgado; isso sim, é mentira, pois não há nenhuma sentença transitada em julgado, relativamente a este processo judicial e, portanto, é uma interpretação criativa e sobre isso não tenho mais nada a dizer.”-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que “eu queria apresentar uma proposta à Assembleia;-----

-----A morte do Professor José Dias Coimbra, ilustre cidadão arganilense, levou a que pessoas e instituições promovessem várias homenagens, testemunhando o apreço, as qualidades solidárias e outras que, ao longo dos anos da sua vida, praticou a bem da nossa comunidade.-----

-----Nesta sequência, esta Assembleia Municipal, tem o dever de se associar e de também apresentar um sentido voto de pesar pela morte do Professor José Dias Coimbra, considerando a sua participação activa no desenvolvimento do concelho e a sua entrega aos valores sociais e à causa pública.-----

-----Como professor, imprimiu o seu cunho e carinho pessoal ao ensino, sendo responsável pela educação de várias gerações do nosso concelho.-----

-----Com a revolução de Abril soube enfrentar ódios, as invejas e as acusações infundadas de muitos e seguir o seu caminho em defesa dos seus princípios e dos seus valores.-----



Assembleia Municipal

-----Assumiu a Presidência da Câmara em eleições livres e com o apoio do povo iniciou uma nova era na vida política e social do concelho.-----

-----Com a ajuda da sua equipa e em especial com o deputado Luis Gomes, aqui presente, que o acompanhou durante 10 anos, lançou o desenvolvimento industrial, trazendo para o concelho várias empresas e fomentando o emprego.-----

-----Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, que engrandeceu, prestou apoios e assistência em tempos bem difíceis, deu-lhe prestígio e respeito, porque os seus fins e objectivos foram sempre cumpridos.-----

-----Estou na vida política do meu concelho graças a ele e ao Senhor Ramiro, que tudo fizeram para que eu tivesse sempre um pé em Arganil, na Assembleia e na Câmara.-----

-----Podemos afirmar, com bastante certeza, que o Professor José Dias Coimbra será lembrado como alguém que soube imprimir e promover valores sociais e assistenciais à comunidade arganilense, desenvolveu o concelho a nível cultural, industrial e económico.-----

-----O Professor Coimbra passou pela vida, passou por Arganil e marcou-a com a sua ação pelo bem dos outros e da causa pública, com total desprendimento por benefícios pessoais. Não lhe conhecemos casas, palácios, quintas, carros ou depósitos bancários ilegais.-----

-----Nós, arganilenses, temos o dever de expressar a nossa gratidão para com o Professor José Dias Coimbra, perpetuar a sua memória e lamentar a sua morte.-----

-----Assim, proponho que em nome da Assembleia Municipal, seja exarado um sentido voto de pesar pela morte deste prestigiado arganilense que viveu e foi sepultado em Arganil.-----

-----Proponho ainda que à família sejam expressas as nossas condolências, extraída fotocópia desta proposta e respectivo envio à família.-----

-----Proponho, por fim, um minuto de silêncio em memória do senhor professor.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, exarar um voto de pesar pelo falecimento do Professor José Dias Coimbra e guardou um minuto de silêncio em sua memória.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para referir que “gostaria de solicitar ao Senhor Presidente esclarecimentos sobre os seguintes assuntos:-----

-----**ETAR da Zona Industrial da Relvinha**-----

-----Na última assembleia tive a oportunidade de trazer o assunto da ETAR da Zona Industrial da Relvinha e do seu mau funcionamento, estando com isso a causar um problema de saúde pública. O Senhor Presidente informou que esse problema foi detectado, nomeadamente 4 situações, e que existe um concurso de empreitada para a concepção/reabilitação desta ETAR.-----

-----Gostaria que nos esclarecesse se:-----



Assembleia Municipal

---Este concurso de empreitada já se encontra finalizado e adjudicado?-----
---Uma vez que estamos a poucos meses da abertura das zonas balneares, pergunto se esta situação não irá comprometer a qualidade das águas na Zona Balnear do Sarzedo no próximo Verão.-----

-----**Novo Centro de Saúde de Arganil**-----

-----Relativamente à construção do futuro Centro de Saúde de Arganil, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se já está definido o local onde este novo Centro de Saúde irá ser construído?-----

-----**Habitação**-----

-----No que respeita à habitação, mais concretamente ao programa “Pacote Mais Habitação”, gostaria que nos esclarecesse em que situação se encontra a construção de novas habitações através deste pacote e qual o local onde estas habitações irão ser construídas?-----

-----**A obra da recuperação da Galeria da Ribeira de Amandos**-----

-----Quanto à obra da recuperação da galeria hidráulica da Ribeira de Amandos, e uma vez que em Dezembro de 2023 o Senhor Presidente anunciou a conclusão desta obra, tenho algumas questões, tais como:-----

---Qual o destino das árvores que foram retiradas na avenida? Na altura indicaram que iam ser replantadas e, portanto, gostaria de saber qual o seu destino;-----

---Se a rotunda principal ficará como está actualmente ou se ainda vai sofrer alterações. Certamente como está agora não é o melhor postal de visitas para quem chega a Arganil;-----

---Temos conhecimento da existência de trabalhos por concluir, nomeadamente na galeria hidráulica. Trabalhos esses que estão contabilizados no projecto. Gostaria que nos esclarecesse se realmente existem ou não trabalhos por fazer;-----

---Por fim, peço que nos explique, porque é que nos Trabalhos Complementares nº 14 - rede de drenagens de água pluviais, de 31/10/2023, foram autorizados trabalhos complementares sem que previamente o empreiteiro tenha apresentado orçamento para os mesmos?-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Maria José Silva** para dizer que “gostaria de abordar um assunto que tem a ver com a questão climática, ambiental; compreendo as preocupações do senhor deputado Rodrigo Oliveira, mas gostaria de deixar uma nota positiva relativamente àquilo que o concelho tem vindo a fazer e neste particular, à realização, em Arganil, do Seminário Nacional Eco-Escolas, que decorreu no espaço da antiga Cerâmica Arganilense, no passado mês de Janeiro e gostaria de realçar que Arganil foi escolhida para ser o palco deste Seminário, que contou com a presença de cerca de 300 especialistas, técnicos, professores, por ter sido reconhecida como o município que tem uma especial atenção às questões ambientais e muito particularmente às questões da educação ambiental. Gostaria de lembrar que as escolas do Agrupamento de Escolas de Arganil são todas Eco-Escolas, que o município foi galardoado pelo sétimo ano consecutivo com a bandeira



Assembleia Municipal

verde Eco 21, e, portanto, esta parceria entre o município e o Agrupamento de Escolas tem dado os seus frutos e prova disso é este Seminário que decorreu em Arganil e que em muito dignificou o nome do concelho. Creio que é importante realçar que em larga escala estes são apenas pequenos passos, mas que a educação ambiental acaba por ser aquilo que nós podemos e devemos fazer em pequena escala e que embora não muito visível, tem os seus frutos a longo prazo. Muito obrigada.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Ricardo Pereira** para dizer que “o tema que trago aqui hoje, é um tema que me apraz muito, como aficionado e praticante desta modalidade desportiva.-----

-----O WRC Vodafone Rally de Portugal continua a afirmar-se como o maior evento desportivo e turístico realizado todos os anos em Portugal. Avaliado pela Universidade do Algarve desde 2007, o evento do Automóvel Club de Portugal atingiu, em 2023, um impacto económico recorde: 164,7 milhões de euros de retorno para a economia nacional, um crescimento de 7,1% em relação a 2022.-----

-----Assim, a despesa directa gerada no rali, formada pelos gastos conjuntos de adeptos (residentes e visitantes), equipas e organização, ascendeu a 86,8 milhões de euros, mais 14% do que em 2022. Mais de metade desse valor (50,5%) teve origem em equipas e adeptos estrangeiros, cujos gastos contribuem para um evento “inigualável no território nacional em termos de promoção de exportações”, apontam os especialistas do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CiTUR) da Universidade do Algarve.-----

-----Com certeza, algum desse impacto ficou na nossa região, e no concelho de Arganil mais propriamente.-----

-----Também a receita fiscal directa sobre o consumo durante o Rally de Portugal cresceu para valores inéditos desde que o evento é analisado, superando os **21,7 milhões de euros em IVA e ISP, mais 19% do que em 2022**. Isto permitiu ao Estado arrecadar mais de 25% do impacto económico directo da prova.-----

-----Ao longo dos quatro dias do rali, cerca de um milhão de espectadores assistiu ao vivo à prova, sendo que mais de 267 mil adeptos eram oriundos de Espanha e França, os países mais representados entre os visitantes estrangeiros, mas também da Estónia, Reino Unido, Finlândia, Irlanda, Bélgica, Eslováquia e, de forma mais fragmentada, Estados Unidos da América, Quénia ou República Checa.-----

-----A edição de 2023 do Rally de Portugal atingiu registos inéditos ao nível da exposição mediática e do alcance das suas plataformas digitais. Com mais de mil horas de transmissão televisiva (1.026h19m) em 110 países dos cinco continentes, o broadcast time da prova cresceu 14,8% em relação a 2022, contribuindo para os mais de 77,9 milhões de euros de valor monetário nos media (AVE - Advertising Value Equivalent).-----

-----A prova portuguesa do Campeonato do Mundo de Ralis conta com a certificação ambiental máxima da Federação Internacional do Automóvel desde 2017. O Rally de



Assembleia Municipal

Portugal, que chegou mesmo a ser apontado em 2019 como um caso de estudo pelo Comité Olímpico Internacional, pelas boas práticas ambientais, continua a ser uma referência do automobilismo mundial – fazer um aparte para dizer que com as novas gasolinas sintéticas que estão a ser aplicadas no campeonato do mundo de rali, prevê-se uma diminuição de CO2 na casa das 40 toneladas por prova, passando agora os combustíveis sintéticos a estar em voga - “A estratégia e ações do ACP na gestão do comportamento dos adeptos, apontam na actual edição para a consolidação do sucesso desta abordagem. **É aqui relevante destacar o envolvimento das autarquias nesta função e objectivos, evidente no terreno antes, durante e após o Rally**”, destaca o estudo do CiTUR.-----

-----Neste ponto quero destacar o trabalho realizado ainda pelo anterior Presidente da Câmara, Engº Ricardo Pereira Alves, e a sua equipa, da qual fazia parte o Dr Luis Paulo Costa, que em boa hora, continuou com este investimento para o seu concelho.-----

-----Neste país de duas velocidades, de assimetrias assumidas por ministros, em que o interior continua esquecido de tanta coisa, ainda há autarcas e autarquias que investem na promoção das suas terras e das suas gentes. Não é apenas mais uma despesa no orçamento da autarquia. O Rally de Portugal é um investimento. Não como alguns que ouvimos falar, de investimentos em empresas que eram privadas e agora são públicas, ou de investimentos em negócios de lítio, hidrogénio, data centers, etc... ou até das famosas, pelos piores motivos, digo eu, indemnizações milionárias nas tais empresas que eram privadas e agora são públicas.-----

-----Parabéns Dr Luis Paulo Costa por continuar, como os famosos cabeçudos beirões, a defender o nosso concelho, a **investir** neste concelho, a levar o nome de Arganil aos quatro cantos do mundo. Esperemos que no futuro, o Rally de Portugal continue a passar e parar em Arganil. Pois, Arganil tem Futuro, de preferência com Rally. Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Raul Martins** para dizer que “associo-me, institucionalmente, mas também com um sentimento de gratidão pessoal, à manifestação de sentidos pêsames, pelo falecimento do Senhor Professor José Dias Coimbra, que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Cardoso, acabou de proferir. O Senhor Professor José Dias Coimbra era pessoa de ímpar fineza de raciocínio e com singular capacidade de sonhar e de concretizar, como tive oportunidade de deixar expresso na minha tese de doutoramento.-----

-----Recordo bem o modo como, no já distante ano de 2004, colheu a ideia de realização dessa investigação em Arganil e o jeito de liderança com que criou uma dinâmica de entusiasmo nas várias colectividades que viriam a envolver-se no projecto – em Côja, Sarzedo, Cepos, Folques, Benfeita, Vila Cova de Alva, Barril de Alva, Cerdeira, o Centro de Saúde de Arganil, então dirigido pelo Dr. Avelino Pedroso.-----



Assembleia Municipal

-----O Senhor Professor José Dias Coimbra dedicou toda a sua vida à causa pública, antes e após o 25 de Abril de 1974, através do exercício de variadas funções e é, sem quaisquer reservas, merecedor do nosso reconhecimento.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores e Senhores Membros da Assembleia Municipal, a última reunião da Assembleia Municipal coincidiu precisamente com o fim de semana de realização de um evento que se tem vindo a afirmar decisivamente e que uma vez mais se revestiu de enorme sucesso a vários níveis, contribuindo para a projeção e visibilidade do nome de Arganil.-----

-----Refiro-me naturalmente à quarta edição do Desafio Picos do Açor, que decorreu em 16 e 17 de Dezembro. Os mais de 1500 participantes, de 19 nacionalidades, testemunharam que Arganil é, de facto, sinónimo de excelência em provas de *trail running*. Marcaram presença alguns dos melhores e mais promissores atletas do mundo, incluindo o italiano Luca del Pero, 3º classificado mundial em 2023 e que, aliás, acabou por concluir os 32km em tempo recorde. Mas também, por exemplo, as portuguesas Beatriz Alves e Karen Mendes, que venceram respectivamente nos 32km e nos 13km. Ou os igualmente italianos Emanuele Manzi e Mathias Mora, que se saíram vitoriosos nos 18 e 13km, respectivamente, e estão entre as maiores promessas mundiais.-----

-----O Desafio Picos do Açor já faz parte da história do desporto nacional, mas também internacional. A qualidade da prova e a excelência da organização não levantam dúvidas. Por conseguinte, importa deixar uma palavra de reconhecimento à Autarquia e às Juntas de Freguesia de Arganil e de Folques, que estiveram mais directamente envolvidas no apoio e parceria com a organização deste evento que, como eu próprio referia na nossa última reunião, valoriza a geografia, o território e a etnografia de Arganil. Uma palavra também para André Rodrigues, Romeu Gouveia e David Gouveia por todo o empenhamento e dedicação, e pelo sucesso que uma vez mais alcançaram com a organização.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, Senhores Vereadores e Senhores Membros da Assembleia Municipal, não será exagerado afirmar que atravessamos a pior crise na saúde das últimas décadas. Esta degradação resulta explicitamente de causas multifactoriais que não importa aqui analisar. Mas, ainda assim, sempre direi que há uma premência em retirar pressão dos cuidados secundários, com conseqüente valorização dos cuidados primários e mesmo da prevenção primordial, ao nível da educação das pessoas, com estratégias de epidemiologia social que actuem a montante dos factores de risco que desencadeiam as doenças.-----

-----Não haverá orçamento da saúde que resista, se não formos capazes de, como sociedade, caminharmos no sentido de comprimir o mais possível a morbilidade para os períodos mais avançados da vida das pessoas.-----



Assembleia Municipal

-----Estilos de vida que incluem a prática regular de actividade física são um importantíssimo instrumento de prevenção primária e primordial, com evidente relação custo-benefício na saúde.-----

-----Um estudo que tive oportunidade de publicar em 2014 na Revista da Associação Médica Brasileira, que curiosamente ainda será o único do género feito em Portugal até hoje, permitiu concluir que por cada euro investido em actividade física, poderá esperar-se uma redução de cerca de 8€ em gastos com medicamentos para doenças crónicas, como sejam dislipidemias, hipertensão arterial ou diabetes.-----

-----E é também por este motivo que enalteço o Município por todo o esforço que possa fazer, quer no apoio ao desporto competitivo, quer no apoio ao desporto para a melhoria da saúde e qualidade de vida das pessoas de todas as idades.-----

-----Não há qualquer dúvida que todas as iniciativas da Autarquia que visem sensibilizar as pessoas para uma mudança de comportamentos e para a adopção de estilos de vida salutogénicos devem merecer o nosso apoio. E o Desafio Picos do Açor insere-se claramente nesta estratégia, penso eu. Muito obrigado pela atenção.”-

-----Teve a palavra o senhor deputado **José Miguel Nunes** para referir que “como é sabido, o bar que se encontrava na Cerâmica Arganilense fechou recentemente; gostaríamos de saber se esse fecho se deveu à data de término que estava preconizada no contrato que estava em vigor, ou se foi antecipado e, paralelamente, gostaríamos de saber o que está previsto para aquele espaço e qual o ponto de situação.-----

-----Ainda sobre a Cerâmica, sem ter tido oportunidade de constatar este ano, verifiquei que as valências de sauna e banho turco da piscina municipal, estiveram desligadas ou inoperacionais durante grande parte do ano passado; gostaríamos de saber a que se deveu isso durante tanto tempo; se foi algum problema técnico que impossibilitava o funcionamento daqueles equipamentos ou se foi apenas uma decisão economicista. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “antes de responder às questões colocadas, queria sublinhar o voto de pesar que aqui foi aprovado por todos. Na Câmara também tomámos algumas iniciativas neste âmbito, de reconhecimento de uma personalidade ímpar, tendo inclusivamente sido decretados 3 dias de luto municipal. Quero subscrever integralmente todas as palavras que foram ditas, quer pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, quer pelo senhor deputado Raul Martins. De facto, o Professor Coimbra era uma pessoa ímpar e como tenho dito algumas vezes nos últimos dias, não tenho qualquer dúvida, passo a redundância, em considerar que ele ganhou o estatuto de imortal; a marca que deixa em Arganil fará com que seja recordado para todo o sempre e isso é algo que nos apraz também registar. Desapareceu uma figura muito importante para o nosso concelho.-----



Assembleia Municipal

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Rodrigo, sinalizei na anterior Assembleia Municipal várias questões relacionadas com a ETAR da Relvinha; algumas relacionadas com problemas de projecto, que foram sinalizadas numa auditoria levada a efeito, e essa situação deu lugar ao concurso público de concepção/construção para a resolução desses problemas, que está em fase final, mas sem sucesso e, portanto, foi apenas apresentada uma proposta que não cumpre aquilo que eram os pressupostos fixados; estamos à espera da tramitação legal desse procedimento para podermos lançar um novo procedimento que o projectista sinaliza como sendo necessário alavancar um bocadinho o valor do preço base, uma vez que só houve uma proposta que não cumpria os pressupostos que estavam fixados e nesse sentido podemos considerar que o concurso fica sem concorrentes, fica sem quem leve a efeito esta intervenção. Isto em relação àquilo que tem a ver com as intervenções que são necessárias. Mas também referi outros problemas, nomeadamente de práticas irregulares que acontecem a montante daquela ETAR e nesse capítulo em particular dizer que também os processos de contra-ordenação têm estado a merecer a conveniente e legal tramitação; há alguns clientes que nesse âmbito, estão a ser interpelados a assumirem as respectivas responsabilidades. Estamos a falar já de duas situações. Para não excluir um outro assunto que também já sinalizei e que até à data os serviços municipais ainda não conseguiram localizar a origem, que está relacionada com descargas ilegais, que nem sequer passam na ETAR e que acontecem com alguma irregularidade. Estamos a falar pelo menos de 3 situações que estamos a tratar em paralelo, tendo em vista aquilo que é o interesse de todos, que é que aquele equipamento cumpra a sua função, que o afluente rejeitado cumpra os requisitos legais e que todas as partes assumam as suas responsabilidades e tenham um comportamento responsável; é disso que estamos a tratar. Quanto ao impacto, não sei a dimensão do impacto que esta situação pode ter ao nível da questão ambiental, mas não terá certamente na zona balnear do Sarzedo, que está significativamente a montante do local para onde deriva esta linha de água e algum problema que possa acontecer, apesar de indesejável, será bastante a jusante da zona balnear do Sarzedo. Relativamente à questão que colocou sobre o Centro de Saúde de Arganil, o novo Centro de Saúde, o novo Serviço de Urgência Básico, ainda não tem nenhum local definido, estamos a avaliar algumas alternativas. Em relação ao pacote Mais Habitação, que já referi aqui em momentos anteriores, tem 3 linhas diferenciadas, no nosso caso são aquelas que candidatámos, Bolsa Nacional do Alojamento Urgente e Temporário, cujas empreitadas, 3, foram já objecto de contratualização, as obras estão prestes a ter o seu início; há depois o 1º Direito que grosso modo corresponde às intervenções de criação de condições ou de assegurar as condições nas habitações, ou nas sociais ou nas particulares, que não tenham condições mínimas, esse é um processo que está a ser trabalhado também pelo município quer com as IPSS quer também com a Misericórdia de Arganil, que também tem alguns imóveis nessa situação, e com os particulares. Quanto à Habitação a Custos Acessíveis, é um processo que



Assembleia Municipal

francamente não está a correr nada bem, estamos a registar mais uma vez, uma grande passividade dos organismos da Administração Pública que tinham obrigação de fazer com que estes processos tramitassem de outra forma, com outra agilidade, com outro nível de responsabilidade, e de envolvimento, e aquilo que vemos claramente é que temos de um lado os municípios, não é situação exclusiva de Arganil, temos muitos municípios que estão a trabalhar intensamente e acerrimamente este processo e do outro lado vemos as coisas a não terem o respectivo seguimento. Só para ter uma ideia dos imóveis que temos neste processo, a maior parte dos processos já com os estudos prévios que tivemos que contratar em concurso levado a efeito para este objecto, estudos prévios que eram um elemento necessário da primeira fase, foram submetidos na primeira quinzena de Outubro, houve algum feedback para pedir mais uns elementos, em Janeiro, já estamos a falar de um nível de diligência que só pode merecer a nossa crítica e volto a dizer, este processo não está a correr nada bem, até porque os pressupostos eram que um processo alargado, contratualizado entre a Comunidade Intermunicipal, os municípios e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, supostamente existiria uma via verde para o tratamento destes processos, mas a verdade é que essa via verde ainda não foi activada e portanto neste momento ainda não se revelou possível assinar qualquer contrato relativamente a este conjunto de imóveis. Também tinha colocado a questão sobre quais os imóveis; o ponto de partida que considerámos neste processo foi a identificação de imóveis que estão dentro do espaço da operação de reabilitação urbana, e sinalizados como necessitando de intervenção. Houve um processo de avaliação por um perito judicial, que era obrigatório, e inscrito na CMDM, relativamente a estes imóveis; na sequência disso foram feitas algumas interacções com todos os proprietários, houve alguns que aceitaram vender pelos preços que estavam considerados nesses Relatórios e, ao mesmo tempo, validados pelo IRU, houve outros que não aceitaram. Neste processo, daqueles que estavam sinalizados inicialmente, temos ainda 9 imóveis que estão considerados neste processo; a maior parte com a possibilidade de terem mais que um fogo para habitação. Temos também sinalizados dois processos de habitação em propriedade horizontal, para cerca de 50 apartamentos. Relativamente às questões que coloca sobre a Ribeira de Amandos e da beneficiação do espaço público, quero esclarecer que temos ainda melhorias a fazer no espaço público que não estão consideradas nesta empreitada, nomeadamente de embelezamento do espaço público; há também ainda alguns trabalhos por concluir, nomeadamente alguns que estão no leito da Ribeira, uma impermeabilização que tem que ser ainda executada. Relativamente aos trabalhos complementares, aquilo que lhe posso fazer chegar, para que não fiquem dúvidas no ar, é mesmo o código dos contratos públicos, que estabelece as regras relativamente a esta matéria, que tenho a certeza que a fiscalização, que é externa, cumpriu; é isso que nós exigimos a quem contratamos para representar nos municípios de Arganil, é que cumpra aquilo que



Assembleia Municipal

são as obrigações formais; tenho a certeza que a fiscalização cumpriu aquilo que são as obrigações legais.-----

-----Relativamente à intervenção da senhora deputada Maria José Silva, quero agradecer a sua intervenção relativamente ao Seminário Eco-Escolas, que não foi apenas um seminário, representa também um reconhecimento relativamente ao trabalho que é feito no âmbito deste programa Eco-Escolas, de sensibilização da comunidade escolar para as boas práticas ambientais e portanto é também esse reconhecimento relativamente ao trabalho de Arganil que levou a termos sido escolhidos para acolher este importante Seminário nacional e ficamos também muito regozijados com a circunstância deste evento ter acontecido no nosso concelho, no espaço que todos conhecemos da Cerâmica Arganilense. Curiosamente, aquele espaço, apesar de tudo, é importante para receber tantos eventos que de outra forma não aconteceriam no nosso concelho, quer o Eco-Escolas quer o Picos do Açor que também o deputado Raul Martins referiu há pouco.-----

-----Sobre o WRC, Rali de Portugal, na intervenção do senhor deputado Ricardo Pereira, quero acompanhar aquilo que disse, e sublinhar que para o nosso concelho o impacto é relevante, quer do ponto de vista imediato, mas principalmente e tenho destacado isso desde a primeira edição, o impacto que tem de longo prazo de promoção e de afirmação do nosso concelho por todo o mundo, com um nível de cobertura mediática que este evento consegue proporcionar e isso é um retorno que tem mensuração, mas ultrapassa tudo aquilo que é o nosso esforço financeiro com este evento.-----

-----Acerca da intervenção do senhor deputado Raul Martins já me associei às suas palavras; queria também sublinhar este evento do Picos do Açor que, para além de toda a componente que reconhecemos, e que os especialistas mais ferrenhos reconhecem, naquilo que tem a ver com a questão desportiva, há uma outra vertente de promoção de hábitos de vida saudáveis que é importante valorizarmos e retive as palavras que referiu acerca daquilo que é o impacto financeiro da prática desportiva, de hábitos saudáveis, que uma caminhada pode de facto cumprir esta missão, mas o retorno económico que pode proporcionar. Para além disso também sabemos que o impacto naquilo que tem a ver com a qualidade de vida dessas pessoas, eu retive há uns tempos um número que são quinze minutos de actividade física diária, que podem fazer toda a diferença. Recordo, a esse respeito, e permitam-me que o aqui relembre, algo que ouvi em determinada altura ao Professor José Dias Coimbra, que disse que continuava até há meio ano, foi quando lhe ouvi isto pela última vez, naquilo que lhe tinha sido incutido e que ele ensinou aos alunos dele, a ginástica matinal de cinco minutos, que fazia de facto a diferença e dava para perceber que, no caso dele, dava resultado e por isso é algo que vale a pena cultivar; e às vezes temos tendência para nos esquecermos.-----

-----Sobre a questão do deputado José Miguel Nunes, terminou o contrato de concessão do Bar da Cerâmica, foi aberto um outro concurso, houve uma situação imprevista que aconteceu na saída do anterior concessionário, que fez com que as



Assembleia Municipal

regras que estavam fixadas no novo concurso de concessão tenham sido prejudicadas e esse concurso fica encerrado e estamos a preparar o processo para lançar um novo concurso. Sobre a sauna e o banho turco, não lhe consigo responder, mas tenho a certeza que não é nenhuma decisão economicista porque certamente reconhecerá que o esforço financeiro que se faz naquele complexo, poder falar-se numa decisão economicista no que tem a ver com a sauna e o banho turco, seria uma coisa quase ridícula; não tem a ver com o comentário, mas com a pouca relevância destes equipamentos no conjunto daquilo que é o esforço que fazemos para ter aquele equipamento a funcionar.”-----

ORDEM DO DIA

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da **Acta da Sessão Ordinária nº 5**, realizada no dia 16 de Dezembro de 2023.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar a acta nº 5, da sessão ordinária realizada no dia 16 de Dezembro de 2023.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SEGUNDO:** Apreciação e votação da proposta do **Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental de 2023 e da 1ª Revisão Orçamental de 2024**, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL).-----

-----Presente o Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental de 2023 e da 1ª Revisão Orçamental de 2024, bem como a informação técnica INF/DAGF SF/9/2024, que se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/9/2024, aprovar a proposta do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental de 2023 e da 1ª Revisão Orçamental de 2024, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----**TERCEIRO:** Apreciação e votação da proposta do **Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública da 2ª Alteração à 1ª Revisão do Plano Director Municipal de Arganil**, e da proposta da **Versão Final da mesma**, nos termos do nº 1 do artigo 90º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo D-L nº 80/2015, de 14 de Maio, na actual redacção.-----

-----Presente o Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública da 2ª Alteração à 1ª Revisão do Plano Director Municipal de Arganil, a Versão Final da mesma, bem como a informação técnica INF/DGU/134/2024, que se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor e uma abstenção, e de acordo com a informação técnica INF/DGU/134/2024, aprovar a proposta do Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública da 2ª Alteração à 1ª Revisão do Plano Directos Municipal de Arganil, bem como a proposta da Versão Final da mesma, nos termos do nº 1 do artigo 90º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo D-L nº 80/2015, de 14 de Maio, na actual redacção.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redacção.-----

-----**QUARTO:** Apreciação e votação da proposta de **Protocolo de Gestão de Recicláveis com as Freguesias e Uniões de Freguesia**, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Presente o Protocolo de Gestão de Recicláveis, com as Freguesias e Uniões de Freguesia, bem como a informação técnica INF/DGU/130/2024, que se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DGU/130/2024, aprovar a proposta de Protocolo de Gestão de Recicláveis a celebrar entre a ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro S.A., o Município de Arganil e as Freguesias e Uniões de Freguesia, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUINTO: Para conhecimento** – Proposta de Cessação da Abertura do Procedimento Concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 3º grau –



Assembleia Municipal

Chefe da Unidade de Administração Directa, Divisão de Gestão Urbanística dos Serviços Municipais de Arganil.-----

-----Presente a Proposta de Cessação da Abertura do Procedimento Concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 3º grau – Chefe da Unidade de Administração Directa, Divisão de Gestão Urbanística dos Serviços Municipais de Arganil, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Proposta de Cessação da Abertura do Procedimento Concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 3º grau – Chefe da Unidade de Administração Directa, Divisão de Gestão Urbanística dos Serviços Municipais de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SEXTO: Para conhecimento** – Despacho nº 3/2024 DAGF – Cessação de Procedimento Concursal Comum de Recrutamento.-----

-----Presente o Despacho nº 3/2024 DAGF – Cessação de Procedimento Concursal Comum de Recrutamento, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Despacho nº 3/2024 DAGF – Cessação de Procedimento Concursal Comum de Recrutamento.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SÉTIMO: Para conhecimento** - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas – Compromissos Plurianuais; Pagamentos em Atraso; Recebimentos em Atraso - a 31 de Dezembro de 2023 (Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na actual redacção).-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGF SF/13/2024, bem como toda a documentação relativa ao assunto, que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas – Compromissos Plurianuais; Pagamentos em Atraso; Recebimentos em Atraso - a 31 de Dezembro de 2023 (Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na actual redacção).-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**OITAVO: Para conhecimento** - Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Dezembro de 2023 e 31 de Janeiro de 2024, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGF/40/2024, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Dezembro de 2023 e 31 de Janeiro de 2024, no âmbito da Autorização Prévia Genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (INF/DAGF/40/2024).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**NONO: Para conhecimento** – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da Situação Financeira do mesmo.-----

-----Presentes o Relatório Financeiro, bem como o Relatório de Actividades, que se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Financeiro correspondente ao período de 01/01/2023 a 31/12/2023 e 01/01/2024 a 31/01/2024 e do Relatório de Actividades, correspondente ao período de 01/12/2023 a 31/01/2024.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que “gostava de vos informar que a Câmara Municipal nomeou uma Comissão para preparar as comemorações do 25 de Abril; já foram feitas duas reuniões, já está delineado o projecto que depois ser-vos-á transmitido. Penso que as comemorações



Assembleia Municipal

serão dignas do 25 de Abril e convido-vos a estar atentos porque brevemente daremos informações sobre as comemorações, os locais e as respectivas datas.”-----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram onze horas e trinta minutos e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----
